

Brasil como nação intervencionista: uma análise macroeconômica sobre a crise de 2015

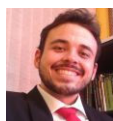
LUAN VINICIUS BERNARDELLI*

Resumo: O presente trabalho fundamentou-se em pesquisas teóricas com a finalidade de analisar as possíveis ferramentas utilizadas pelos governos para a execução das políticas de condução econômica. Este estudo possui como finalidade investigar a atual conjuntura econômica brasileira e relacioná-la com os debates acerca do limite de intervenção estatal na economia. Buscou-se analisar as crises anteriormente vivenciadas pelo Brasil e compará-las com a atual crise de 2015. Por meio do índice de correlação de Pearson, verificou-se a correlação dos principais índices econômicos do Brasil com os do mundo e por meio disso foi possível mensurar a sua interligação com o cenário econômico internacional. A análise conjuntural foi pautada em dados extraídos do Fundo Monetário Internacional (FMI) dos anos de 2003 a 2014 com suas estimativas até o ano de 2020, juntamente com ferramentas estatísticas. Por fim, esta pesquisa propôs sugestões de como o Estado deve proceder a fim de conter a crise econômica vigente no país.

Palavras-chave: Intervenção; Crise; Brasil; Crescimento.

Abstract: This study is based on theoretical researches in order to analyze the possible tools used by governments to implement the economic management policies. This study has as purpose to investigate the current Brazilian economic and to relate it with debates about state intervention in the economy limit. We sought to analyze the crises previously experienced by Brazil and compare them with the current crisis of 2015. Through the Pearson correlation coefficient, there was the correlation of the main economic indices of Brazil with the world and thereby was possible to measure its interconnection with the international economic scene. The situational analysis was based on data extracted from the International Monetary Fund (IMF) the years 2003-2014 with their estimates by the year 2020, along with statistical tools. Finally, this research proposed suggestions on how the state should proceed in order to contain the prevailing economic crisis in the country.

Key words: Intervention; Crisis; Brazil; Growth.



* **LUAN VINICIUS BERNARDELLI** é mestrando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná.



1. Introdução

É indiscutível que não há um consenso sobre limites do Estado como agente interventor na economia, contudo a ocorrência de sucessíveis crises econômicas aliadas ao contínuo aumento da participação deste na economia exige um aprofundamento no estudo deste segmento.

A complexidade atual do sistema econômico dificulta o entendimento dos acontecimentos econômicos em tempo real e o contínuo aumento da internacionalização mundial exige um aperfeiçoamento dos estudos no âmbito das Ciências Econômicas.

Neste sentido, faz-se necessário avaliar quais são as funções do Estado na economia e os efeitos da característica intervencionista para a economia brasileira, isto é, as ações governamentais contribuem para o aprimoramento do país? Qual é a lição histórica que se deve observar? Qual é o posicionamento que deve ser adotado pelos governantes na atual crise econômica?

Diante das diversas dificuldades na coordenação das políticas econômicas, o Estado deve efetuar intervenções de forma criteriosa e, fundamentalmente,

acompanhar os resultados obtidos por estas.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é verificar historicamente os efeitos das intervenções efetuadas pelo Estado na economia brasileira e, posteriormente, contextualizá-la com a atual crise econômica, para por fim, sugerir soluções para a retomada do crescimento econômico.

Assim sendo, está evidente que o cenário mundial sofreu significativas transformações ao longo dos anos e essas enriquecem o debate acerca da natureza e o tipo de intervenção com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento de um país. No entanto, a ampla discussão existente contribui com diversas reflexões sobre a intervenção estatal, essa pode ser explicada a partir de dois pólos: de um lado, aqueles que pressupõem que cabe ao Estado o papel de promover as mudanças estruturais necessárias, e de outro lado, aqueles que defendem que o governo representa um obstáculo ao desenvolvimento em consequência do fracasso ao cumprir suas funções fixadas em plano de ações anteriores. Com isso, este trabalho incumbiu-se de contextualizar a teoria com o cenário

econômico instaurado no Brasil no ano de 2015.

Ressalta-se que as análises que serão apresentadas após o referencial teórico tratam-se de investigações realizadas com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). A análise foi realizada com base no período de 2003 a 2020, sendo que as estatísticas de 2015 a 2020 são estimativas realizadas em outubro de 2015 por este órgão. Para aferir o câmbio anual foi utilizada a média aritmética.

O trabalho encontra-se dividido em quatro seções, iniciando com a introdução. A segunda seção se ateve em trazer conceitualmente as ferramentas utilizadas para intervenção governamental. A seção três traz uma análise completa sobre as volatilidades da economia brasileira durante o período analisado, efetuando comparações com outros países da América Latina e da média mundial. Por fim, a quarta seção contém a conclusão desta investigação e a uma recomendação sobre uma possível solução que deve ser adotada para a retomada da economia brasileira.

2. A internacionalização e as políticas intervencionistas

A década de 1990 e o início dos anos 2000 assistiram a sucessivas crises financeiras não apenas nas economias em desenvolvimento, mas também nas economias centrais e passado pouco tempo a economia mundial encontrava-se novamente em um cenário de crise financeira global (PERES, 2014).

A complexidade atual do sistema econômico dificulta o entendimento dos acontecimentos econômicos em tempo real e o contínuo aumento da internacionalização mundial exige um aperfeiçoamento dos estudos no âmbito das Ciências Econômicas. Destaca-se que as últimas décadas do século XX houve

mudanças profundas, as quais marcaram o ingresso das economias em uma nova fase da acumulação capitalista, caracterizada pela crescente globalização dos mercados produtivos e financeiros mundiais (PERES, 2014).

No intento de verificar a coordenação do Estado nas políticas macroeconômicas é fundamental possuir entendimento do contexto histórico envolvido e relacioná-lo com os objetivos de tais políticas. Ressalta-se que a política fiscal não deve ser analisada isoladamente, uma vez que as trajetórias das demais políticas macroeconômicas se entrelaçam às decisões sobre gestão das contas públicas e, logo, da dívida pública (ALMEIDA, 2014). Apenas por meio do entendimento dos conceitos que antecedem a intervenção do Estado é possível avaliar a sua eficácia. Neste sentido, é dever do Estado avaliar minuciosamente a real necessidade de intervenção, a coordenação consciente da política econômica facilita o alcance dos objetivos de maneira eficiente pelos *policy makers*, assegurando o compromisso de manter a consonância entre os objetivos (ALMEIDA, 2014).

A política econômica considera a atuação do governo sobre a capacidade produtiva (oferta agregada) e as despejas planejadas (demanda agregada) com a finalidade de obter a economia operando a pleno emprego. As principais ferramentas para atingir tal objetivo são as políticas fiscal, monetária, cambial e comercial (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014). É possível descrevê-las como política fiscal, política monetária, política cambial e comercial.

3. Análise sobre as intervenções do estado na economia brasileira e seus reflexos com base no período de 2003 a 2020

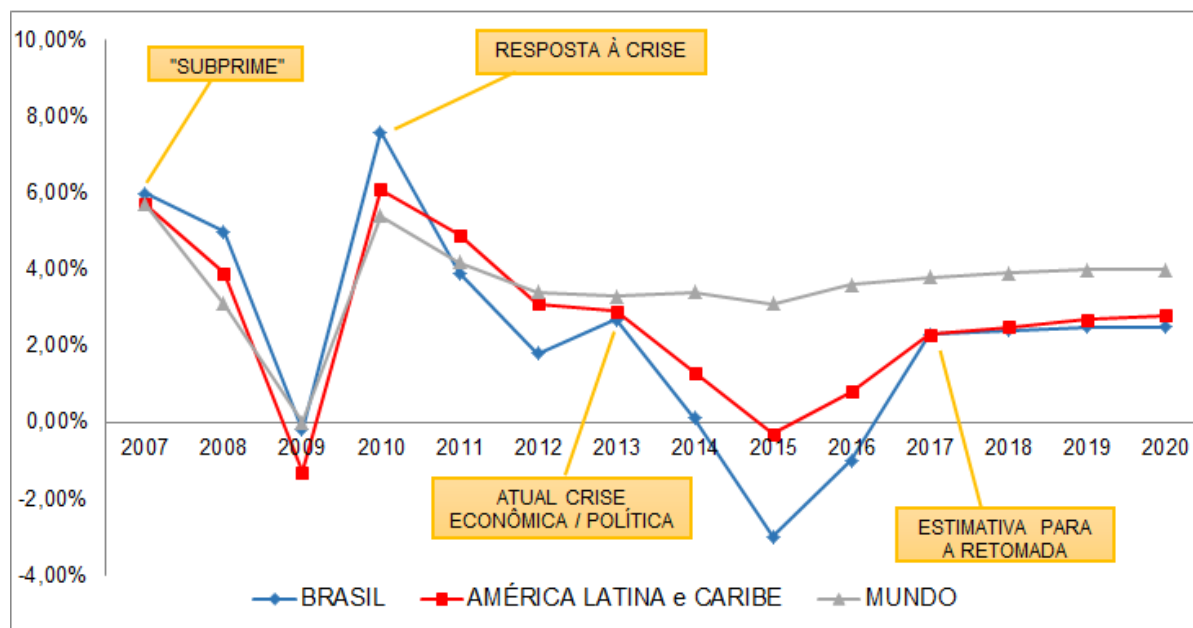
Para avaliar tais resultados consideram-se inúmeros fatores. Neste sentido, a análise que se sucederá objetivou verificar as condições econômicas do Brasil em relação à de outros países por meio de alguns indicadores como: Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto *per capita*, taxa de desemprego, inflação, câmbio juntamente com análises teóricas. A partir destas análises, foi possível

inferir o grau de intervencionismo do Estado e seus respectivos resultados.

3.1. Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) é o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado período de tempo, valorizados a preço de mercado, refere-se à quantidade de bens e serviços disponibilizados para a população (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014). O gráfico elencado abaixo relaciona o comportamento desta variável no Brasil com o mundo e a América Latina.

GRÁFICO: 1 – Variação do PIB do Brasil em comparação com o da América Latina e Caribe e do mundo dos anos de 2007/2020 – em (%).



Elaborado pelo autor. Fonte: FMI (2015).

O gráfico 1 demonstra que nos anos de 2007 e 2008 Brasil resistiu inicialmente à crise econômica internacional. Entretanto, em 2009, o país sofreu de fato um grande impacto. A atual crise estabelecida no Brasil tem afetado drasticamente as condições econômicas de outros países, como por exemplo, os que compõem a América Latina, a explicação para tal fato

é encontrada nas grandes interconexões com as outras economias da região. O tombo estimado para o PIB brasileiro em 2015, de 3%, só não é pior do que o recuo projetado para a Rússia, de 3,8%, que enfrenta uma crise advinda do mergulho dos preços do petróleo (LAMUCCI E BASILE, 2015). Segundo Cury (2015), as perspectivas também são desfavoráveis.

Neste ano, a economia da América Latina deve recuar 0,3% e no próximo, deverá crescer apenas 0,8%% e diante da redução da expectativa de crescimento de grande parte dos países, as condições de avanço da economia mundial também foram reduzidas.

Ressalta-se que com a internacionalização da economia brasileira aumentou a vulnerabilidade do país às oscilações do mercado internacional. Com o intuito de avaliar o grau de influência que as oscilações da economia mundial contribuem para a atual no Brasil, utilizou-se o índice de correlação de Pearson. O resultado encontrado na análise durante o período de 2007 a 2010 foi de 0,95, isto é, a variação do PIB brasileiro seguiu fortemente as variações da média mundial. Todavia, ao se analisar a mesma medida para o período de 2011 a 2014 o resultado encontrado foi de apenas 0,67, ou seja, apesar de as oscilações seguirem o mesmo sentido, notou-se menor influência em relação ao período anterior. Portanto, não é possível afirmar que as quedas de produto vivenciadas no país atualmente são resultados de uma crise internacional, destacam-se os problemas de ordem política como principais responsáveis por tais resultados.

3.1.1. PIB *per capita*

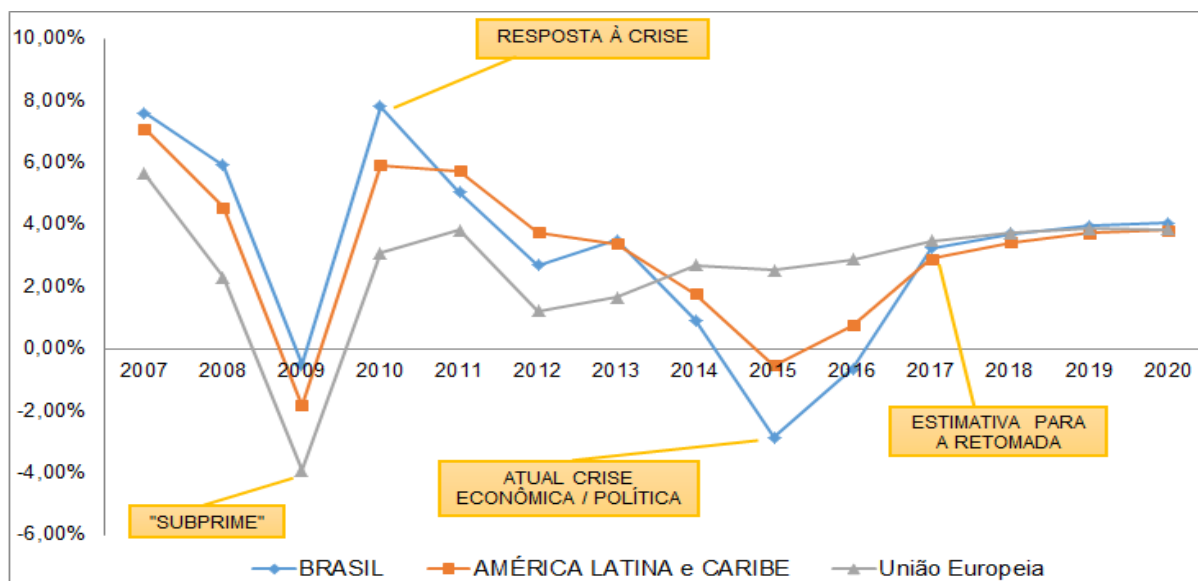
Alguns autores questionam a validade do PIB como medida de avaliação das condições socioeconômicas, tem-se, portanto, o PIB *per capita* como responsável para mensurar o crescimento econômico de um país, isto é, o aumento da disposição da quantidade de mercadorias e serviços que supere o crescimento populacional e essa é

considerado um razoável indicador para se aferir a melhoria do padrão de vida da população (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014).

Com isso, verifica-se que a crise econômica estabelecida no país está atingindo fundamentalmente o mercado de trabalho, segundo Stefano (2015) vivemos uma situação de completa reversão econômica uma vez que até o ano passado falava-se em apagão de mão de obra, um déficit de 8 milhões de trabalhadores.

Outro fator que amplia a relevância da análise que será apresentada posteriormente é a volatilidade cambial. A conversão da produção de bens e serviços de todos os países em uma única moeda é realizada por meio da taxa de câmbio, porém, essa pode passar por períodos de grandes volatilidades. Jones e Vollarth (2015) pontuam que em 2010, por exemplo, a taxa de câmbio iene/dólar era cerca de 90 ienes por dólar. Todavia, pouco menos de um ano antes, ela era de apenas 75 ienes por dólar. Naturalmente, a escolha é muito importante: a 75 ienes por dólar, o Japão parecerá 20% mais rico. Com isso, destaca-se a importância em avaliar o valor real de uma moeda em termos de sua capacidade de compra de produtos semelhantes. O fator de conversão é denominado de taxa de câmbio ajustado pela Paridade do Poder de Compra (PPC) (JONES e VOLLARTH, 2015). Ele calcula a taxa de câmbio com base no poder de compra de produtos similares, assim, extinguindo as distorções de mercado. Neste sentido, o gráfico retrata a variação desta variável e a relaciona com as variações ocorridas na América Latina e na União Europeia.

GRÁFICO – 2 – Variação do PIB *per capita* com base na (PPC) do Brasil em comparação com o da América Latina e caribe e da União Europeia dos anos de 2007 – 2020 – em (%).



Elaborado pelo autor. Fonte: FMI (2015).

As flutuações do PIB *per capita*, constatadas no gráfico 2, são justificadas pelos mesmos argumentos realizados na análise do gráfico anterior. Contudo, os desequilíbrios podem ser verificados com maior intensidade nesta variável. Nota-se que no pós-crise houve uma maior redução do PIB *per capita* dos países componentes da União Europeia, com ênfase em 2009, aonde chegou a registrar uma redução de quase 4%. Pode-se destacar ainda a recuperação relativamente superior do Brasil em comparação com a América Latina e a União Europeia. Contudo, a atual crise econômica do Brasil apresenta para 2015 efeitos mais perversos que a crise internacional estabelecida em 2009, com estimativa de retomada, novamente, apenas em 2017.

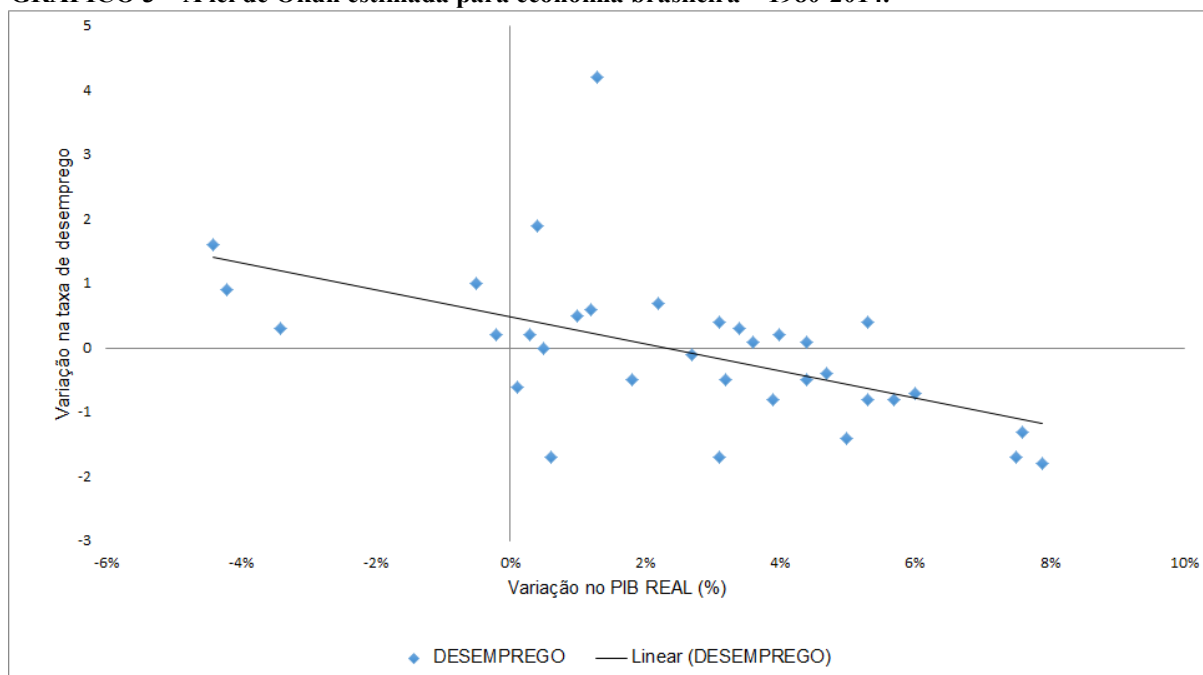
3.1.2. A importância do crescimento

A importância de levar em consideração a taxa média de crescimento se dá por meio de uma regra prática desenvolvida por Robert E. Lucas Jr., em um artigo intitulado “*On the Mechanics of*

Economic Development”, em 1988. Basicamente retrata a ideia que um país que cresce a uma taxa de $g\%$ ao ano, dobrará sua renda *per capita* a cada $70/g$ anos (JONES e VOLLARTH, 2015). De acordo com essa regra, com o intuito de dobrar sua renda *per capita*, baseando-se no crescimento médio do período de 2007 a 2013 e posteriormente 2014 a 2020, o Brasil sai de uma expectativa de aproximadamente 15 anos para cerca 40 anos, fato que certamente não deve ser desconsiderado. Ressalta-se, ainda, que em um período moderado de tempo, pequenas diferenças nas taxas de crescimento podem levar a imensas diferenças nas rendas *per capita* (JONES e VOLLARTH, 2015).

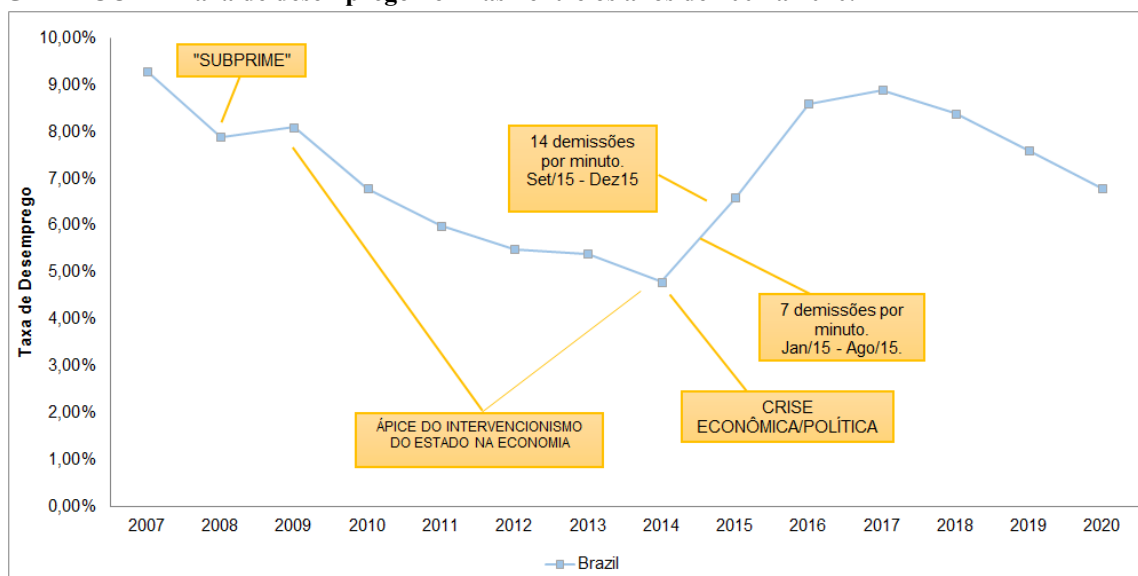
3.2. Empregabilidade

Conforme tratado no capítulo 2.2 deste trabalho, é grande a importância dada a taxa de crescimento de uma economia devido a sua interligação direta com os níveis de emprego. O gráfico 5 demonstra a reação do PIB do Brasil às alterações nos níveis de desemprego.

GRÁFICO 3 – A lei de Okun estimada para economia brasileira – 1980-2014.

Elaborado pelo autor. Fonte: FMI (2015).

Constata-se por meio do gráfico 3 que há no Brasil a confirmação da Lei de Okun, isto é, há um declínio do PIB associado a reduções nos níveis de desemprego. Dezordi (2010) afirma que de acordo com uma análise realizada durante o período de 2002 a 2010 a Lei de Okun é válida para o Brasil. A análise ainda constatou que um impacto de um aumento no nível de desemprego no produto ocorre na magnitude de 7,56, isto é, para um aumento de desemprego na ordem de 1% tem-se uma redução de aproximadamente 7,56% no PIB fora da tendência. Com o prévio conhecimento sobre este tema, é possível realizar uma posterior análise no mercado de trabalho brasileiro.

GRÁFICO 4 – Taxa de desemprego no Brasil entre os anos de 2007 a 2020.

Elaborado pelo autor. Fonte: FMI (2015).

O gráfico 4 retrata os reflexos no nível de desemprego do Brasil gerados pela crise política e econômica instaurada em 2015 e seu consequente impacto sobre o produto da economia. De acordo com Stefano (2015) uma taxa de desemprego alta atinge toda a família e exige corte nos gastos e coloca poupança e patrimônio em risco. No âmbito macroeconômico, essa mantida alta por muito tempo, aumenta a inadimplência, reduz o consumo, eleva a informalidade, isto é, joga a atividade econômica para baixo. Após a crise do *subprime* em 2008, houve forte intervenção governamental em prol da recuperação econômica do país, tais intervenções contribuíram para um aumento do produto e, conseqüentemente, redução da taxa de desemprego no país. Contudo, é grande o impacto sofrido em 2015, no auge da crise econômica interna, Stefano (2015) afirma que nos primeiros oito meses de 2015, cerca de 600 mil brasileiros foram demitidos, isso equivale a uma média de sete demissões por minuto. Como o cenário econômico não para de piorar, a estimativa é que esse ritmo aumente para 14 trabalhadores por minuto.

Verifica-se, em 2014, um período de baixo crescimento que não foi refletido nos índices de desemprego Stefano (2015) destaca que antes do atual momento de rápido aumento do desemprego, o Brasil viveu um período de calma econômica que não refletia nos índices de desemprego. Mesmo com a economia estagnada, em 2014, o índice de desocupação manteve-se baixo. Essa relação pode ser explicada por meio das expectativas positivas sobre uma pontual retomada da economia, como essa não demonstrou nem sinais de acontecer, o mau desempenho vem refletindo profundamente o mercado de trabalho. Stefano (2015) fundamenta que há pelo menos duas explicações para a resistência do emprego, a primeira é o fato de que

muitas empresas estavam evitando demissões com expectativa de retomada e a segunda é que com a recessão novas pessoas foram em busca de novas oportunidades.

Esse cenário é inédito no Brasil, por mais que o país tenha passado por inúmeros percalços de acordo com Stefano (2015) não há registro na história de tantas demissões em tão pouco tempo. Acrescenta-se que a crise do emprego não poderia ocorrer em pior hora, o país vive o seu melhor período de fornecimento de mão de obra segundo Stefano (2015) o país entra agora nos últimos anos de ascensão do chamado bônus demográfico, período em que o número de pessoas de em idade produtiva é muito maior do que a soma de crianças e idosos.

Stefano (2015) afirma que a estimativa para 2022 é que o Brasil atinja o pico do número de trabalhadores e comece a trajetória inversa, por causa do aumento da proporção de idosos. Quando bem utilizado, esse período gera crescimento da economia e aumento da qualidade de vida da população. A intervenção governamental deve atuar no sentido de auxiliar a realocação desta mão de obra ociosa, a fim de redirecionar a economia. Stefano (2015) pontua que era de esperar que o governo reforçasse as políticas públicas voltadas para os jovens sem trabalho, contudo, está ocorrendo justamente ao contrário. Verifica-se que o governo federal está tentando efetuar um ajuste fiscal em plena crise econômica, esse ajuste está afetando todos os setores, inclusive nos subsídios à educação. Stefano (2015) ressalta que o PRONATEC, programa federal de capacitação para emprego técnico, por exemplo, tinha como meta atingir 12 milhões de pessoas de 2015 a 2019, mas esse número foi cortado para 6,3 milhões. As regras de outros programas também foram alteradas, como por exemplo, do

financiamento estudantil. Stefano (2015) destaca que o recurso para Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi reduzido em quase 50% dificultando o acesso de jovens à universidade.

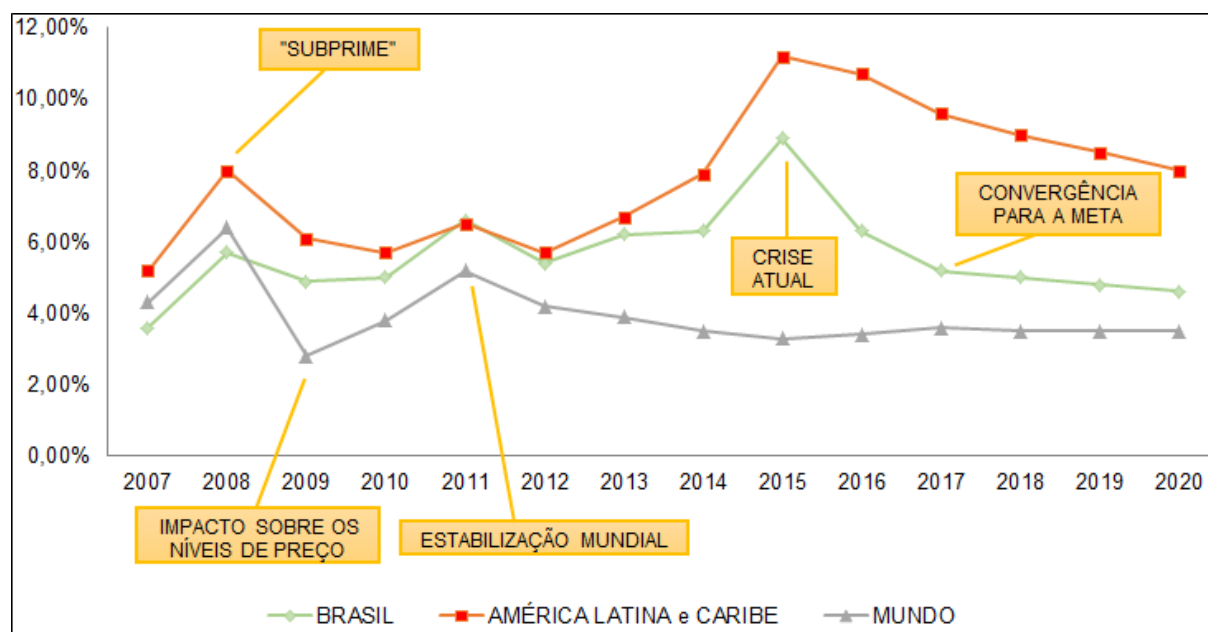
Outro fator de destaque está alocado no que tange os níveis salariais, segundo Stefano (2015) com essa virada no mercado, as relações entre empresas e empregados também mudaram. Hoje, ninguém fala em aumento real de salário, diferentemente da década anterior, onde a renda real média aumentou 33% de 2003 a 2014. Tem-se, ainda, que de acordo com um estudo conduzido pela consultoria Tendências, de São Paulo, a renda média do trabalhador tenderá a retornar para os níveis de 2010 (STEFANO, 2015).

Segundo pontua Stefano (2015) Por mais de uma década, entre 2002 e 2014, houve um forte aumento do número de vagas no mercado formal, nesse período, a proporção de trabalhadores com carteira assinada subiu de 46% para 55%.

3.3. Inflação

Outro problema que assola as economias mundiais é no tocante inflacionário, isto é, o aumento geral nos níveis de preço. A taxa de inflação é o percentual de variação no nível geral de preços que varia significativamente ao longo do tempo (MANKIW, 2010). O gráfico 5 relaciona as condições desta variável no Brasil com a América Latina e a média mundial.

GRÁFICO – 5 – Inflação do Brasil em comparação com a da América Latina e Caribe e do mundo dos anos de 2007-2020 – em (%).



Elaborado pelo autor. Fonte: FMI (2015).

Percebe-se que a inflação brasileira esteve acima da média mundial durante todo o analisado, salvo no ápice da crise mundial, em 2008. Entretanto, deve-se ressaltar que a redução da taxa de inflação

neste período é explicada pela redução do comércio exterior decorrente da desaceleração da atividade econômica mundial, principalmente dos países avançados, logo, houve a diminuição de

renda proveniente das exportações e maior oferta relativa de produtos (MOREIRA e SOARES, 2010). Com a recuperação das economias mundiais, logo em 2010, a inflação mundial retomou seu patamar médio de 4% e se estabilizou desde então. Porém, no caso específico do Brasil e da América Latina não se encontra resultado tal resultado. Em relatório publicado pelo FMI, ele pontua que a inflação fique em média 8,9% neste ano, acima do teto da banda de tolerância (de 6,5%), refletindo um ajuste nos preços administrados e a desvalorização da taxa de câmbio (LAMUCCI E BASILE, 2015). Contudo, ressalta-se que de a projeção realizada pelo FMI é menos pessimista que a realizada pelos economistas brasileiros, que estimam uma inflação para 2015 de 9,53% (CURY, 2015). O FMI ainda demonstra uma estimativa de convergência para meta apenas em 2017, onde se espera uma retomada da economia brasileira.

4. Conclusão

Com base na discussão teórica abordada, conclui-se que o Brasil possui um padrão histórico de nação fortemente intervencionista. Verificou-se por que por muitas vezes tal característica foi benéfica para o país, pois proporcionou rápida resposta às crises internacionais. Contudo, houve momentos que as intervenções realizadas pelo Estado causaram declínio ainda maior na economia. No tocante do atual contexto econômico, verifica-se que as intervenções do governo não têm surtido efeito e a crise parece cada vez mais enraizada.

Comprova-se tal informação por meio das estimativas realizadas para o Brasil pelo FMI, onde calcula respectivamente para os anos de 2015 e 2016 uma inflação de 8,90% e 6,30%, redução do Produto Interno Bruto (PIB) de -3% e -1%, aumento na taxa de desemprego de

37,50% e 30,30%, redução do PIB *per capita* de -2,88% e -0,66%. Destaca-se, ainda, o problema cambial que retrata uma desvalorização de 47% do real em relação ao dólar do fim de dezembro/2014 até o início de outubro/2015.

Além de todos os fatores analisados, o trabalho verificou que a natureza da crise atual difere-se das anteriores. A crise de 2008, por exemplo, possuía um caráter internacional, isto é, forte ligação com a volatilidade de mercado. Contudo, mau desempenho econômico que se constata no Brasil hoje, possui baixa relação com as variações mundiais. Pôde-se afirmar isto com base no resultado encontrado do coeficiente de correlação de Pearson para uma análise durante o período de 2007 a 2010 e, posteriormente, de 2011 a 2014. O resultado para o primeiro período foi de 0,95, isto é, a variação do PIB brasileiro seguiu fortemente as variações da média mundial. Todavia, na segunda análise o resultado encontrado foi de apenas 0,67, ou seja, apesar de as oscilações seguirem o mesmo sentido, notou-se menor influência em relação ao período anterior. Portanto, não é possível afirmar que as quedas de produto vivenciadas no país atualmente são resultados de uma crise internacional, destacam-se os problemas de ordem política como principais responsáveis por tais resultados.

Com isso, verificou-se que a falta de credibilidade da população nos representantes do Estado vem tornando as políticas econômicas ineficazes e, por muitas vezes, prejudiciais para toda população. A solução para tal problema está alocada na reconquista de confiança e, conseqüentemente, da união de forças entre as autoridades legislativas. Caso isso não ocorra, avalia-se uma tendência de declínio das expectativas e de toda a economia, para que por meio disso, possam-se iniciar reformas estruturais

necessárias para a retomada do país como uma grande potência.

Referências

ALMEIDA, Bernardo Monteiro dos Anjos de **POLÍTICA FISCAL E A COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS: A DINÂMICA DA DÍVIDA PÚBLICA E O MODELO BRASILEIRO DE GESTÃO FISCAL.** Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PCNM0269-D.pdf>> 2014. Acesso em: 02/04/2015.

BLANCHARD, Oliver. **MACROECONOMIA.** 5. ed. São Paulo: PEARSON, 2010.

BRUM, A. K; MOURA, A.P. (2010). **NÍVEL DE RENDA E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.** Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/ecaeco/article/viewFile/4364/1893>> 2014. Acesso em: 02/04/2015.

CICHINI, Fabio Augusto Leandrin. **ANÁLISE DO COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE AÇÕES COTADAS NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO-BOVESPA** Disponível em: <www.simpes.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/1037.pdf> 2006. Acesso em: 19/02/2015.

CURY, Anay. **FMI DOBRA PARA 3% PREVISÃO DE QUEDA DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/fmi-dobra-para-3-previsao-de-queda-da-economia-brasileira-em-2015.html>> Acesso em 07 de outubro de 2015.

DEZORDI, Lucas Lautert. **A LEI DE OKUN PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: 2002-2010.** Disponível em: <<http://fae.edu/galeria/getImage/1/161828425827073.pdf>> Acesso em 07 de outubro de 2015.

FROYEN, R.T; **MACROECONOMIA.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

JUNIOR, Humberto Maia. **RUMO AOS 5 REAIS.** Revista Exame, São Paulo, 14 outubro. 2015.

GREMAUD, A. P; VASCONCELLOS, M. A. S. **ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.** São Paulo: Atlas, 2005.

GIAMBIAGI, FÁBIO; VILLELA, ANDRÉ. **ECONOMIA BRASILEIRA**

CONTEMPORÂNEA (1945-2010). ELSEVIER. RIO DE JANEIRO. 2011

LAMUCCI, Sergio; BASILE, Juliano. **PIB DO BRASIL DEVE RECUAR 3% EM 2015 E 1% EM 2016, PREVÊ FMI.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4257942/pib-do-brasil-deve-recuar-3-em-2015-e-1-em-2016-preve-fmi>> Acesso em 07 de outubro de 2015.

LOPREATO, Francisco L. C. **Um olhar sobre a política fiscal recente.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2, p. 279-304, jul./dez. 2002.

MANKIW, N. G; **MACROECONOMIA.** 5. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2004.

MOREIRA, Tito Belchior Silva; SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. **A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E AS POLÍTICAS ANTICÍCLICAS NO BRASIL.** Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVPremio/politica/lpfceXVPTN/Tema_3_1.pdf> . 2010. Acesso em 07 de outubro de 2015.

PERES, Samuel Costa; **FRAGILIDADE FINANCEIRA E VULNERABILIDADE EXTERNA NA ECONOMIA BRASILEIRA.** Disponível em: <<http://www.pce.uem.br/a61c5fe0b5ad530498ab647089eb5884/producao/9352938cf985e410cc817aab35200440.pdf>> 2014. Acesso em: 02/04/2015.

SACHSIDA, Adolfo. **INFLAÇÃO, DESEMPREGO E CHOQUES CAMBIAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A CURVA DE PHILLIPS NO BRASIL.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2656/1/TD_1924.pdf>. 2013. Acesso em 04 de novembro de 2015.

STEFANO, Fabiane. **SETE DEMISSÕES POR MINUTO.** Revista Exame, São Paulo, 14 outubro. 2015.

VASCONCELLOS, M.A. S; GARCIA, M.E. **Fundamentos de Economia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VASCONCELLOS, M.A. S; LOPES, L. M. **MANUAL DE MACROECONOMIA.** 5. ed. São Paulo: ATLAS, 2011.

Recebido em 2016-02-16
Publicado em 2016-05-28